



Associação Nacional dos Servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Informativo - Junho de 2017 | Associação Nacional dos Servidores do Desenvolvimento Agrário | filiada à CNASI-AN | Seção Sindical SINDSEP-DF

[Um ano da gestão Temer-Roseno] Retrocessos e ataques ao Desenvolvimento Agrário

Completados 1 Ano da gestão Michel Temer-José Roberto Roseno à frente do Governo Federal e da Política de Desenvolvimento Agrário pode-se avaliar a série de retrocessos e ataques para os servidores federais agrários e agricultores familiares, que deixam o governo Dilma Roussef no “chinelos”, até então com os números piores sobre Reforma Agrária. A maioria dos outros programas seguem parados. A impressão geral é que querem acabar com as políticas de desenvolvimento agrário.

O Plano Safra: um outro 4 a 3

O Plano Safra da Agricultura Familiar desse ano não foi diferente. No lançamento o público descobriu que este passará a não ser mais anualizado, mas sim plurianual, respondendo a 2017-2020, sem debate público nesse sentido. Por sua vez, os valores do crédito rural, seguro e garantia de preços terão percentuais ainda piores em comparação aos valores dados a da agricultura patronal, piorando o que fizeram FHC, Lula e Dilma.

Enquanto no Brasil a Agricultura Familiar responde por 70% da produção de alimentos e 78% dos postos de trabalho na Agricultura (agropecuária, florestal e aquicultura), apesar de representar 30% do Valor Bruto de Produção do setor (isso porque detêm apenas 20% das terras agricultáveis), receberá de crédito subsidiado apenas R\$ 30 bilhões para três anos, contra os R\$ 190 bi da agricultura patronal em apenas um. Portanto, menos de 13% do montante total, 14x menos. Se o país cresceu como alardeou o governo Temer 1% do PIB no 1º semestre de 2017 puxada pela Agricultura, os agricultores familiares tem a centralidade nisso.

Também a marca da gestão Temer-Roseno pode ser

vista em outra medida. A Administração, de maneira atabalhoada, mexeu na regulamentação da Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326/2006), por meio de Decreto de 31 de maio de nº 9.064, por cima inclusive de recente Portaria, de 04 de abril (nº 234). Sem dialogar com ninguém, seja movimentos sociais, seja os servidores, seja pesquisadores e acadêmicos da área, promove mudanças radicais, como a extinção da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), criando a tal Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), sem contudo definir suas competências e se a migração resolverá os problemas. Ainda há redefinição e conceitos técnicos inéditos (empresa familiar rural, unidade familiar de produção agrária, imóvel agrário, etc.).

Embora as “mudanças” até sejam esforços de alguns bravos colegas e sintetizam em algum grau debates e indagações de muitos anos, em nenhum momento suas diretrizes, parâmetros e a própria redação do decreto foram debatidos, seja dentro ou fora dos órgãos federais de organização agrária (SEAD e INCRA).

Se não bastasse ainda o rebaixamento do *status* da Pasta do Desenvolvimento Agrário a mera secretaria (sob o nome prolixo e pomposo de “Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário” da Casa Civil da Presidência), o corte dos postos de trabalho com extinção de DASs e de vagas terceirizadas sem a necessária contrapartida de vagas por concurso público e a paralisação indefinida da maioria esmagadora dos programas da SEAD por corte dos orçamentos e indefinições políticas. Isso tudo apenas reflete como tratam os servidores.

Os ataques também atingem os servidores

A impressão dos servidores é que somos tratados muitos mal. Ainda pior do que no passado recente. Não à toa que muitos colegas constrangidos começam a “sentir saudades” dos nomeados na gestão petista. Muitos desses eram assediadores morais e/ou ineptos técnica e gerencialmente. Isso explica os poucos avanços sociais por esses anos todos. Mas muitos acabaram retornando aos cargos apesar da virada no governo e de demitidos ainda na gestão passada. Os atuais gestores parecem agir, como no caso do congelamento sob argumento irregular nas progressões funcionais [ler no verso], apenas para criar dificuldades, desviando a atenção aos problemas fundamentais do nosso órgão e para ficarem livres para implementar o que querem.

Querem terceirizar a gestão da prestação dos serviços gratuitos de assistência técnica e extensão rural, por meio da ANATER, sem definir com clareza suas competências, apesar da contratação de gestores com altíssimos salários. Querem “lançar à rua” os

beneficiários da reforma agrária dos projetos de assentamentos do INCRA sob a roupagem de “titulação”. E ainda assediar seus servidores com metas irrealísticas sob o nome de “titulômetro”. Querem desmontar a política territorial rural, com a suspensão do programa territorial e das chamadas do PROINF (até começo de junho não há previsão) e o mesmo para o crédito fundiário. Em suma, a impressão geral é que se prepara a destruição da política pública de desenvolvimento agrário, subordinando finalmente a Agricultura Familiar ao complexo do Agronegócio.

Só nos resta aos servidores da SEAD e do irmão INCRA duas opções: ou nos demitimos dos órgãos, em meio a maior crise de desemprego do país, sem vagas na iniciativa privada ou sem concursos em vista. Ou vamos para luta.

Esse é o chamado da ASSEMDA à sua base, como deliberou a Assembleia Geral, do dia 06 de junho, por uma intensa campanha contra os desmandos dentro da SEAD.

[Reformas trabalhista e da previdência] 30 de junho: GREVE GERAL!

O governo do presidente Temer com ampla maioria parlamentar e nos tribunais superiores, apesar das vastas provas de corrupção e mesmo com a pecha de ilegítimo e de ser o mais impopular da História, segue livre para implementar suas reformas neoliberais trabalhista e da Previdência Social. A alternativa às trabalhadoras e aos trabalhadores é a mobilização.

As centrais sindicais se reuniram e indicaram 30 de junho como a data da próxima Greve Geral, que será referendada por categorias em plenárias e assembleias estaduais.

Os ataques não se limitam aos Agricultores Familiares

Progressão Funcional dos servidores da SEAD na mira de Temer-Roseno

Se o governo Temer quer no Congresso Nacional mexer nos consagrados direitos trabalhista e da previdência social do conjunto dos trabalhadores, aqui na SEAD os atuais gestores fazem sua parte com seus servidores. Apesar da equipe à frente da Alta Administração da SEAD ser em algum medida ligada ao movimento sindicais ou oriundos de instituições públicas.

Tudo que os servidores a duras penas tinham conseguido nas gestões anteriores está paralisado ou

sob ataque. Mesmo em direitos considerados certos. O caso mais sintomático é a progressão funcional. Essa ameaça afeta metade dos servidores efetivos do quadro próprio da SEAD.

A revisão nefasta da progressão funcional

Tudo gira em torno a interpretação legal de um decreto sobre as progressões funcionais e seu rebatimento aos servidores efetivos do quadro próprio permanente do Plano Geral do Poder Executivo (PGPE) e cargos da Lei 12.277/2011, após 7 anos sucessivos o

órgão seguir uma. Porém, ano passado o então coordenador de Recursos Humanos, hoje exonerado, enviou um questionamento equivocada à Consultoria Jurídica (CONJUR, atual Assessoria Jurídica - ASSEJUR), inspirado por uma técnica da CRH (que saiu do órgão e cuja única tarefa nessa coordenação limitou-se a progressão do ano passado).

A ASSEJUR ao final emitiu uma opinativa com uma nova interpretação, bem diferente da em uso. Passando por cima da interpretação usual em outros órgãos e do próprio Parecer GQ 46 Advocacia Geral da União (AGU), que recomenda suas unidades não se pronunciarem em normativos que tratem de servidores, tendo em vista que é competência do sistema integrado de pessoal civil (SIPEC) e da unidade central, o Ministério do Planejamento.

Daqui para frente, quem ficar no Conceito 2 progredirá não apenas seis meses depois dos Conceito 1, mas 18 meses depois de sua progressão anterior, e não mais do início do ciclo de avaliação. Aqueles que em algum ano estiveram no Conceito 2 da progressão horizontal (a metade da lista de classificação na avaliação) terão que retroagir por supostamente progredirem no tempo indevido. E ainda haverá que se refazer os últimos cinco anos, “corrigido” por uma espécie de pedágio em que alguns ficarão um ano, outros dois e mesmo tantos até três anos sem novas progressões. E a progressão referente ao ciclo 2016 dos de Conceito 2, que deveria ser efetivada em março, segue suspensa, aguardando a ordem final de Roseno.

Para piorar, com essa interpretação, se em um ano subsequente um mesmo servidor voltar a ficar no Conceito 2, acumulará uma diferença de progressão de 36 meses para o colega de Conceito 1 seguido. E assim sucessivamente, em uma situação acumulativa ano após ano, até a sua aposentadoria. Algo atípico em todo Serviço Público brasileiro e com repercussão geral que pode gerar implicações em toda a carreira do PGPE, presente em mais de 200 órgãos diferentes.

Por outro lado, a ASSEJUR omitiu que o enquadramento de cada servidor em Conceito 1 e 2 ano a ano deveria também ser revisado, em vista a questionamentos feitos esses anos todos sobre a lista de classificação. Sabe-se que houve classificações anteriores pela CRH prejudicando servidores, ao não

se levando à risca o decreto na distinção entre cargos e nos devidos critérios de desempate.

Incoerência da ASSEJUR e do Secretário Especial

Curioso a invasão de competência da ASSEJUR e essa diligência em “fazer cumprir a lei”, quando em outros órgãos as respectivas coordenações de recursos humanos tem cuidado na aplicação do mesmo Decreto, por sua obsolência e redação truncada, editado em 1980, na Ditadura Militar e anterior as leis nº 8.112/1990 e nº 11.357/2006.

Também surpreende que a mesma ASSEJUR não seja tão diligente em outras questões, especialmente quando instigada pelos próprios servidores em várias matérias cujas interpretações dos gestores ferem a legalidade. Ou nos processos administrativos de assédio moral e sexual, em passado recente a eles encaminhados e que seguem até hoje parados lá, correndo o risco de prescreverem. Por outro lado, quando os pareceres favorecem os servidores, nada fizeram para serem aplicados. Há ainda a hipótese que esse parecer seja uma retaliação dos chefes da Assejus, tantas vezes pressionados no passado recente pelos servidores.

Por sua vez, há a própria postura do gestor maior da SEAD. Roseno segue firme em obedecer a opinativa. Negligenciado os efeitos aos pais, mães e arrimos de família sem reajuste, sem reestruturação da tabela salarial, com salários à metade de carreiras assemelhadas. Alega a velha máxima que “qual gestor sensato desobedeceria seu jurídico?”, apesar de violar o bom-senso, a GQ 46 da AGU, de tratar-se de uma opinativa, ter-lhe sido entregue uma contraparecer jurídico da ASSEMDA e a própria CRH revisar sua posição original, sob as mãos de nova gestora, com experiência na área de pessoal e no tema.

A medida tem um fundo político

A impressão geral é que a decisão apesar de basear-se em um critério jurídico, tem um fundo político e patronal. Serviria a constranger os servidores efetivos. Que fiquemos paralisados, como o foi nesses últimos 8 meses, ao concentrar nossas energias em debater e protestar pela “re-revisão” da progressão, enquanto os novos gestores agem imunes para desmandos e os “ajustes” do governo Temer nas políticas de desenvolvimento agrário.

Ou mesmo que os gestores possam com o pedágio e

o tempo a mais para progredir ter um meio permanente de assediar com o Conceito 2 os servidores. E ainda empurrar que vários colegas desgostosos com mais essa arbitrariedade a demissão.

Apesar disso, a Alta Administração e os chefes da ASSEJUR sabem que, apesar de líquida e certa uma vitória judicial dos servidores, a Justiça Brasileira cobra seu custo em tempo e despesas, o que empurraria para um eventual novo governo (algo certo com Temer), já com outra equipe à frente do órgão.

A mobilização é a única alternativa

Em todos esses casos, cabe agirmos agora para evitar isso. Por isso a decisão por operação-padrão,

paralisações, nem mesmo greve está descartada, como instrumento de pressão contra Temer e Roseno.

Foi chamado paralisação nacional da categoria em Brasília e nos estados no dia 14 de junho para a gestão a atender a “revisão da revisão das progressões” e passar a ouvir os servidores nas decisões sobre as políticas públicas do órgão.

CALENDÁRIO

- **20 de junho** – paralisação dos servidores da SEAD contra a revisão da progressão funcional.
- **30 de junho** – greve geral convocada pelas centrais.

Contato: www.assemnda.net | assemnda@gmail.com